



Capítulo

2

As Categorias Comparadas

Ao aplicar e analisar as respostas aos instrumentos do *Diagnóstico da Extensão Universitária Brasileira – 2005*, a CPAE concluiu pela viabilidade de realizar um estudo comparativo entre os resultados apresentados no *Perfil da Extensão Universitária no Brasil*, publicado em 1995, com dados obtidos em 2005, ou seja, uma década depois. Essa comparação possibilita uma análise do percurso da institucionalização da extensão universitária pública brasileira. A seleção das categorias foi feita levando-se em conta, naturalmente, a possibilidade de estabelecer pontos de convergência entre os dois estudos, nos seguintes temas:

- Concepção de extensão universitária
- Função prioritária da extensão nas universidades
- Formas de operacionalização das ações de extensão
- Instâncias responsáveis pela política e execução da extensão universitária
- Dificuldades para o desenvolvimento da extensão universitária

Categoria 1 – Concepção de Extensão Universitária

A análise do indicador da concepção de extensão universitária à luz dos documentos de 1995 e 2005 necessita algumas observações iniciais. Em 1994, a questão colocada era *como é concebida na prática a extensão universitária pelas*

Instituições Públicas de Ensino Superior? revelando uma visão pragmática de extensão por parte dos formuladores do questionário (Quadro 2). A questão colocada em 2004 (Quadro 3) sobre a concepção de extensão indaga como ela é expressa nos documentos básicos das Instituições Públicas de Ensino Superior, pois a CPAE preocupou-se em definir indicadores que permitissem compreender como se materializa a concepção de extensão universitária nas IPES.

Em 2004, o questionário elaborado buscou apreender a concepção da extensão nos instrumentos legais, bem como a ordem de prioridade das funções da extensão, admitindo a emissão de respostas múltiplas.

Quadro 2 Concepção de Extensão nas Instituições Públicas de Educação Superior – 1993

Concepção	f	%
Função de articulação entre a Sociedade e a Universidade	61	98,4
Função que leva a Universidade ao cumprimento de sua missão social	55	88,7
Função de prestação de serviço por parte da Universidade	40	64,5
Função de politização da Universidade	34	54,8
Função de alimentação/retroalimentação do ensino e da pesquisa (resposta espontânea)	5	8,1
Função de articulação do ensino com a pesquisa (resposta espontânea)	4	6,4
Outras	16	25,8

Fonte: *Perfil da Extensão Universitária no Brasil*, 1995.

Quadro 3 Concepção de Extensão nos instrumentos legais nas instituições públicas de educação superior – 2004

Concepção	f	%
Articulação entre a universidade e a sociedade	71	98,6
Articulação do ensino	66	91,7
Articulação da pesquisa	65	90,3
Promoção de interdisciplinaridade	58	80,6
Transmissão do conhecimento produzido pela universidade	58	80,6
Prestação de serviços	55	76,4
Cumprimento da missão social da universidade	64	88,9
Outros	6	8,3

Fonte: *Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil*, 2005.

Na questão sobre a ordem de prioridade das funções de extensão nas IPES, solicitou-se, em 2004, a indicação da origem dos dados utilizados para comparação, como forma de verificar a solidez da resposta enquanto posição institucional.

Observa-se que, em relação à concepção de extensão universitária, não há mudanças quanto à preponderância do entendimento da função de *articulação entre universidade e a sociedade* (98,4% e 98,6% nos dados de 1993 e 2004, respectivamente) e com relação à missão social da universidade (cerca de 89% em ambas as pesquisas). Entretanto, as relações acadêmicas da extensão com a pesquisa e o ensino saem de simples menção espontânea na publicação de 1995 (cerca de 8,1% e 6,4%), para 91,7 e 90,3% em 2004, o que demonstra a incorporação, pelas IPES, da diretriz da indissociabilidade entre extensão, ensino e pesquisa na organização das políticas institucionais.

Categoria 2: Função prioritária da extensão nas universidades

Nessa categoria, observa-se que, em 2004, as duas funções apontadas como prioritárias por todas as IPES foram a *articulação entre a universidade e a sociedade*, *articulação com ensino* e *cumprimento da missão social da universidade* (Quadro 5), sendo que as dimensões *compromisso social* e *realimentação do ensino e pesquisa* foram as destacadas pelo *Perfil* de 1995 (Quadro 4). Em relação aos dados de 2004, as funções *articulação com a pesquisa*, *articulação com o ensino* e a *promoção da interdisciplinaridade* estão em um nível elevado de priorização, quando considerada a soma das opções alta e média prioridade. A *prestação de serviços*, que aparece como quinta prioridade ponderada em 1993, aparece como função com menos destaque em 2004, o que pode ser explicado pela ampliação do papel acadêmico da extensão, resultado das políticas das pró-reitorias de extensão e das diretrizes do FORPROEX.

Quadro 4 Dimensões indicadas como prioridade da extensão pelas instituições públicas de educação superior – 1993

Dimensão	% de respostas nas IPES	% ponderado
Compromisso social	51,6	16,3
Realimentação do ensino e pesquisa	24,2	14,4
Articulação com movimentos sociais	4,8	11,1
Incentivo à produção cultural	6,5	11,0
Prestação de serviços	9,7	10,8
Realimentação do ensino	4,8	10,4
Articulação com movimentos governamentais	4,8	8,9
Realimentação da pesquisa	1,6	8,8
Captação de recursos para a universidade	1,6	7,2
Outras	1,6	1,1

Fonte: *Perfil da Extensão Universitária no Brasil*, 1995.

Notas: O somatório das respostas das IPES ultrapassa 100% por ter sido permitida mais de uma resposta. Para % ponderado, o fator de ponderação foi 3 para alta prioridade, 2 para média prioridade e 1 para baixa prioridade.

Quadro 5 Funções prioritárias da extensão nas instituições públicas de educação superior – 2004

Função	Alta prioridade		Média prioridade		Baixa prioridade		Número de IPES
	f	%	f	%	f	%	Total
Articulação entre universidade e sociedade	57	80,3	1	1,4	13	18,3	71
Cumprimento da missão social da universidade	47	66,2	5	7,0	19	26,8	71
Articulação com o ensino	48	68,6	12	17,1	10	14,3	70
Articulação com a pesquisa	40	57,1	20	28,6	10	14,3	70
Promoção da interdisciplinaridade	35	50,7	22	31,9	12	17,4	69
Transmissão do conhecimento produzido pela universidade	32	45,7	22	31,4	16	22,9	70
Prestação de serviços	25	36,2	15	21,7	29	42,0	69
Outras	4	23,5	2	11,8	11	64,7	17

Fonte: *Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil, 2005.*

Ressalta-se, também, que as concepções da extensão na maioria das universidades estão materializadas de forma institucional, visto que cerca de 60% das 72 IPES fundamentaram suas respostas em documentos legais e planos de gestão (Quadro 6).

Quadro 6 Base da resposta sobre funções prioritárias da extensão nas instituições públicas de educação superior – 2004

Base da resposta	f	%
Pró-Reitoria de Extensão ou equivalente	61	84,7
Plano de gestão	45	62,5
Busca documental (resolução, estatuto, registros, boletins, etc.)	42	58,3
Opinião pessoal	11	15,3
Outros	6	8,3
Pesquisa (entrevistas, questionários, grupo pessoal)	5	6,9

Fonte: *Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil, 2005.*

Categoria 3 – Formas de operacionalização das ações de extensão

As formas de operacionalização das ações de extensão adotadas na publicação de 1995 foram categorizadas em: projeto, programa, atividade e processo. Em

2005, a CPAE, optou por analisar as ações considerando a classificação adotada pelo FORPROEX e expressa no Sistema Nacional de Informações de Extensão – SIEX, qual seja: programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e publicações e outros produtos acadêmicos. Cumpre informar que produtos acadêmicos figuram no instrumento que coletou os dados seguindo orientação constante na versão do SIEX vigente à época. A nova versão do SIEX, implementada a partir de janeiro de 2006, considera “produto acadêmico” não como uma ação específica de extensão, mas como produtos – livros, capítulos de livros, CD’s, filmes, fitas cassete, etc. – gerados no âmbito de qualquer ação de extensão, quais sejam programas, projetos, cursos, eventos ou prestações de serviços.

Quadro 7 Formas de operacionalização das ações de extensão nas IPES – 1993

Formas de operacionalização	Número de IPES respondentes	%
Projeto	57	91,9
Programa	45	72,6
Atividade	44	71,0
Processo	13	21,0

Fonte: *Perfil da Extensão Universitária no Brasil, 1995.*

É possível observar que a regulamentação das ações de extensão vem se consolidando nos últimos anos (Quadro 8). Contudo, nem todas as instituições utilizam o conceito do FORPROEX (Quadro 9), o que demonstra uma apropriação não homogênea das discussões conceituais do Fórum.

As respostas indicam a necessidade de uma investigação por parte do FORPROEX junto às várias IPES dos fatores determinantes desse quadro e proposição de ações e estratégias para alterá-lo.

Quadro 8 Ações de extensão regulamentadas nas instituições públicas de educação superior – 2004

Ações de Extensão	f	%
Programas	64	88,9
Projetos	70	97,2
Cursos	68	94,4
Prestação de serviços	52	72,2
Eventos	67	93,1
Produtos acadêmicos	39	54,2
Nenhuma	1	1,4

Fonte: *Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil, 2005.*

Quadro 9 Ações regulamentadas que se enquadram às orientações do FORPROEX, como expresso no Sistema de Informação da Extensão, nas instituições públicas de educação superior – 2004

Ações regulamentadas	f	%
Programas	49	68,1
Projetos	59	81,9
Cursos	53	73,6
Prestação de serviços	41	56,9
Eventos	54	75,0
Produtos acadêmicos	26	36,1
Nenhuma	6	8,3

Fonte: *Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil, 2005*.

Com a implantação do SIEX, o FORPROEX teve como objetivo construir um banco de dados com informações nacionais. Para tanto, foram definidos os conceitos referentes às atividades de extensão e criadas as áreas temáticas próprias para a classificação das ações da extensão.

O Quadro 10 apresenta os valores coletados pelo *Diagnóstico da Extensão Universitária / 2005*.

A classificação por áreas temáticas propostas pelo FORPROEX em 1998 objetivou expressar e dar visibilidade na atuação das universidades em temas de interesse coletivo, tendo como meta facilitar o diálogo com a sociedade, discussão e implementação das políticas públicas. Passados seis anos de definição e da orientação às universidades para classificação de suas ações de extensão em áreas temáticas verifica-se, após a aplicação dos questionários, que das 72 universidades respondentes, 72,8% classificam suas ações por área temática e 20,8% adotam parcialmente essa diretriz.

Na análise do Quadro 10 pode-se identificar inconsistências, a saber:

- Desnívelamento conceitual na regulamentação das ações, demonstrada tanto através da pequena relação entre o número de projetos vinculados a programas e o número de programas como pela área de comunicação, que apresenta mais programas do que projetos vinculados a programas.
- Inadequação da forma de registro dos dados em algumas universidades, que gerou a necessidade de revisão e confirmação de dados.

Quadro 10 Número de ações de extensão nas instituições públicas de educação superior, por área temática – 2004

Área Temática	Ações de Extensão – f / N						Total
	Programas	Projetos vinculados a programas	Projetos não-vinculados a programas	Cursos	Prestação de serviços	Eventos	
Comunicação	254	244	373	351	239	524	1985
N	42	39	54	44	35	49	
Cultura	418	765	752	845	8181	2028	12989
N	43	42	57	47	36	53	
Direitos Humanos e Justiça	174	404	247	332	6895	398	8450
N	46	44	53	43	39	49	
Educação	864	1549	2202	2161	816	1862	9454
N	56	55	61	51	40	49	
Meio Ambiente	251	373	549	562	(299*) 13145	382	(2416*) 15262
N	43	41	56	46	38	53	
Saúde	841	1452	2215	1244	10956	4187	20895
N	47	50	56	51	40	54	
Tecnologia e Produção	278	418	566	1224	6079	659	9224
N	43	44	56	52	44	51	
Trabalho	177	425	385	437	467	283	2174
N	42	40	54	46	38	48	
Total	3257	5630	7289	7156	(33932*) 46778	10323	

Fonte: *Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil*, 2005.

* valor obtido após desconsiderar dados de três IPES

Nota: A linha “N” refere-se ao total de universidades que informaram o quantitativo.

De fato, a apresentação dos dados preliminares do Quadro 10 no XXII Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizado em Porto Seguro no corrente ano, gerou questionamentos que corroboraram essa conclusão, pois o cenário apresentado leva a uma visão distorcida da realidade. Os valores de *prestação de serviços* nas áreas temáticas *meio ambiente, saúde e cultura* de algumas IPES referiam-se ao número de exames ou consultas, pois essa era a forma adotada para o registro das ações. Retirando-se a informação de apenas três universidades para a área de *meio ambiente*, o número de prestações de serviço baixou de 13.145 para 299 ocorrências. Apenas duas universidades somavam mais de 10.500.000 prestações de serviço na área da saúde, pois consideravam cada consulta ou exame como uma ação isolada. Uma única IPES apresentou mais de 320.000 ações na área da *cultura*, na forma de *prestação de serviços*.

A análise do total de ações por área temática não pode desconsiderar a grande variabilidade das IPES, uma vez que algumas delas apresentam concentração de cursos de graduação e pós-graduação em determinadas áreas temáticas.

De modo geral, observa-se uma concentração de ações nas áreas de *Saúde, Educação e Cultura*, focos tradicionais de atuação de extensão. As áreas temáticas mais recentes (Direitos Humanos e Justiça, Trabalho, Tecnologia e Produção) têm seu desenvolvimento vinculado à existência de políticas públicas específicas.

Separando-se por tipo de ação, observa-se que para programas as áreas *Saúde e Educação* são as de maior expressividade quantitativa, com cerca de 26,3% cada uma, mantendo este domínio para projetos vinculados (25,8% e 27,6%, respectivamente) e projetos não-vinculados (cerca de 30% cada uma). Para cursos, a área Educação é a de maior frequência (30,2%), enquanto a área de Saúde destaca-se nos eventos (40,6%). No geral, eventos e projetos não-vinculados são as ações mais frequentes.

Retirando-se as ações de extensão classificadas como prestação de serviços e eventos, observa-se que a área temática educação responde por 29,0% do total das ações de extensão, seguida da saúde (24,7%), cultura (11,9%), tecnologia e produção (10,7%), meio ambiente (7,4%), trabalho (6,1%), comunicação (5,2%) e direitos humanos e justiça (5,0%).

Os dados apontam para a necessidade de uma análise mais estratificada capaz de captar essa diversidade de forma e de aprofundamento acadêmico das ações, bem como a busca de uma uniformidade conceitual para o registro das ações, principalmente na prestação de serviços.

Categoria 4 – Instâncias responsáveis pela política e execução da extensão universitária

Na análise dos dados referentes a 1993, observa-se o papel de destaque das instâncias *Pró-Reitoria de Extensão* e dos *Departamentos/Unidades acadêmicas* na definição, coordenação e planejamento das ações de extensão. Esse papel altera-se na execução, com maior participação dos departamentos/ unidades acadêmicas. A supervisão e avaliação são funções exercidas predominantemente pelas pró-reitorias de extensão (Quadro 11).

Destaca-se, ainda, a informação de pequena participação das *Reitorias* e dos *Conselhos superiores* em relação à extensão, sendo que essa se resume ao que se denominou, à época, “decisão” sobre ações extensionistas.

Quadro 11 Instâncias responsáveis pela decisão, coordenação, planejamento, execução, supervisão e avaliação das ações de extensão nas instituições públicas de educação superior – 1993

Instâncias	Decisão		Coordenação		Planejamento		Execução		Supervisão		Avaliação	
	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%
Reitoria	7	11,3	2	3,2	2	3,2	0	0,0	2	3,2	2	3,2
Conselhos superiores	13	21,0	1	1,6	0	0,0	0	0,0	1	1,6	1	1,6
Pró-reitoria	27	43,6	39	62,9	31	50,0	12	19,4	37	59,7	29	46,8
Câmara de Extensão	9	14,5	17	27,4	12	19,4	17	27,4	18	29,0	24	38,7
Comissões setoriais	4	6,5	2	3,2	2	3,2	5	8,1	5	8,1	6	9,7
Departamento ou unidades acadêmicas	22	35,5	20	32,2	41	66,1	42	67,7	15	24,2	21	33,9
Coordenação do projeto	3	4,8	4	6,5	7	11,3	10	16,1	3	4,8	5	8,1
Nível organizacional não-identificado	4	6,5	2	3,2	5	8,1	4	6,5	6	9,7	5	8,1
Outros órgãos da universidade	2	3,2	0	0,0	1	1,6	3	4,8	0	0,0	0	0,0
Órgão externo à universidade	1	1,6	0	0,0	5	8,1	6	9,7	2	3,2	8	12,9
Outros	1	1,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,6
Não respondeu	1	1,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,6	5	8,1

Fonte: Perfil da Extensão Universitária no Brasil, 1995.

A CPAE considerou a idéia de “decisão” como equivalente à definição da política de extensão para efeito de comparação com o Diagnóstico, de 2005. Nesse sentido, observa-se o Quadro 12.

Quadro 12 Instâncias definidoras da política de extensão da universidade – instituições públicas de educação superior – 2004

Instâncias	f	%
Conselho Superior	54	75,0
Reitor e equipe	20	27,8
Pró-Reitoria de Extensão ou equivalente	53	73,6
Unidades acadêmicas (faculdade, instituto, centros, escolas, etc)	23	31,9
Reitor e Pró-Reitor de Extensão	39	54,2
Reitor e Pró-Reitores Acadêmicos	14	19,4
Outras	20	27,8

Fonte: Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil, 2005.

Aqui, as duas instâncias que definem, prioritariamente, a política de extensão nas IPES são as *pró-reitorias de extensão* e os *conselhos superiores*.

Uma parcela significativa (54,2%) das IPES refere-se a uma instância decisória sobre ações de extensão formada pelas *reitorias* e as *pró-reitorias de extensão*, em detrimento à participação de outras *pró-reitorias acadêmicas*, o que pode indicar iniciativas esparsas de integração entre os *pró-reitores acadêmicos*.

Quanto às instâncias classificadas em “outras” observa-se, primeiramente, que a multiplicidade de arranjos institucionais entre as IPES, dificulta uma uniformização de nomenclatura. Essa situação ficou mais evidenciada, especialmente, com o ingresso recente no FORPROEX dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) que possuem cursos superiores. As vinte respostas classificadas como “outras” podem ser distribuídas, para fins dessa análise, em 5 instâncias colegiadas, 10 conselhos superiores ou câmaras e comitês subordinadas a estes, 3 *pró-reitorias* ou equivalente e 1 *reitoria* ou equivalente. Uma resposta também refere-se ao FORPROEX como instância definidora da política de extensão da IPES.

Os dados referentes a 2004 quanto ao processo de aprovação das ações de extensão são apresentados no Quadro 13.

Quadro 13 Instâncias de aprovação das ações de extensão nas instituições públicas de educação superior – 2004

Instâncias	f	%
Departamentos	60	83,3
Unidades Acadêmicas	53	73,6
Câmaras técnicas	38	52,8
Comissões	32	44,4
Outros	17	23,4
Não existe processo de aprovação	0	0,00

Fonte: *Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil, 2005.*

Das 17 respostas classificadas como outros, seis referem-se a conselhos superiores, cinco a colegiados, dois a comitês, dois a pró-reitorias de extensão, uma a câmara de extensão e uma à assessoria externa. Nesse sentido, com exceção da instância pró-reitoria, a maior parte dessas respostas poderia ser enquadrada nas ações apresentadas como alternativas no instrumento que coletou os dados.

Em relação à avaliação das ações de extensão, não há registros formais, no FORPROEX, de sistemas de avaliação implantados nas IPES em 1993, época em que o Perfil foi realizado. Entretanto no Quadro 11 constam referências à avaliação, realizada, inclusive, por diversas instâncias. Não há informações no documento de como essas avaliações eram realizadas. Ressalte-se que a primeira discussão sobre avaliação da extensão ocorre durante o VII Encontro do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, exatamente no ano de 1993.

Em 2004, uma parcela significativa das IPES declarou possuir um sistema de avaliação implantado, conforme quadro a seguir.

Quadro 14 Existência de sistema de avaliação implantado nas instituições públicas de educação superior – 2004

Existência de sistema de avaliação	f	%
Sim	44	61,1
Não	28	38,9
Total	72	100,0

Fonte: *Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil, 2005.*

O Quadro 15 mostra que há uma predominância da avaliação das ações classificadas como projetos, programas e cursos. Os sistemas não são completos, uma vez que o maior valor apresentado no quadro a seguir é inferior ao número de IPES que apresentam sistema de avaliação.

Quadro 15 Ações avaliadas nas instituições públicas de educação superior – 2004

Ações	f	%
Programas	38	52,8
Projetos	43	59,7
Cursos	36	50,0
Prestação de serviços	22	30,6
Eventos	30	41,7
Produtos acadêmicos	17	23,6

Fonte: *Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil, 2005.*

Observa-se que houve no tempo decorrido entre as duas pesquisas um avanço do processo de sistematização de avaliação da extensão. Embora, considerando todo o empenho do FORPROEX, o número de IPES que tem sistema de avaliação implantado ainda é muito pequeno.

Categoria 5 – Dificuldades para o desenvolvimento da extensão universitária

Em 1993 a principal dificuldade elencada para o desenvolvimento da extensão universitária foi a limitação de recursos financeiros, conforme o Quadro 16. Em 2004, as questões colocadas referiram-se à suficiência de recursos para o desenvolvimento das ações de extensão. O Quadro 17 mostra que os recursos para infra-estrutura apresentam-se insuficientes para o atendimento às demandas da extensão, sendo mais agravantes a necessidade de veículos e suprimento de equipamentos de informática.

Quadro 16 Dificuldade indicada como a mais importante pelas instituições públicas de educação superior para o exercício da extensão universitária – 1993

Dificuldade	f	%
Limitação de recursos financeiros	42	67,7
Desvinculação com a estrutura curricular	4	6,4
Limitação de pessoal especializado	4	6,4
Indisponibilidade de docentes	4	6,4
Desinteresse da comunidade interna	1	1,6
Baixa prioridade na IES	1	1,6
Desinteresse da comunidade externa	0	0,0
Outras	1	1,6
Não indicado	6	9,7

Fonte: *Perfil da Extensão Universitária no Brasil, 1995.*

Quadro 17 Suficiência de recursos infra-estruturais para o desenvolvimento das ações da extensão nas instituições públicas de educação superior – 2004

Recursos	Suficiência	f	%
Salas	Sim	27	38,6
	Não	43	61,4
	Total	70	100,0
Veículos	Sim	13	18,6
	Não	55	78,6
	NR	2	2,8
	Total	70	100,0
Equipamentos de informática	Sim	25	35,7
	Não	44	62,9
	NR	1	1,4
	Total	70	100,0
Linhas de telefone	Sim	50	71,4
	Não	19	27,2
	NR	1	1,4
	Total	70	100,0

Fonte: *Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil, 2005.*

Observa-se que apenas o item “linhas telefônicas” é apresentado como suficiente para as atividades de extensão. Os veículos (78,6%), os equipamentos informática (62,9%) e as salas (61,4%) são caracterizados como insuficientes.

Quanto aos recursos destinados às atividades de extensão, verifica-se que 67,1% das instituições alocam recursos orçamentários para a extensão. A captação de recursos está institucionalizada por meio de convênios em 61,4% das instituições. Destacam-se nas informações classificadas como “outros” a participação em editais públicos (sete respostas), recursos advindos de taxas internas, fundos e fundações (seis respostas), prestação de serviços (três respostas) e apoio externo não institucionalizado.

Quadro 18 Recursos destinados às atividades de extensão nas instituições públicas de educação superior – 2004

Existem recursos	f	%
Sim, advindos do orçamento da IES	47	67,1
Sim, advindos de convênios externos	43	61,4
Sim, outros	21	30,0
Não	5	7,1

Fonte: *Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil*, 2005.

No tocante à concessão de bolsas de extensão, pode-se observar que 88,9% das IPES possuem programas institucionais de bolsas, porém 90% consideram o número de bolsas insuficientes, tendo em vista a demanda existente.

Quadro 19 Existência de bolsas para alunos vinculados às ações de extensão nas instituições públicas de educação superior – 2004

Existência de bolsas	f	%
Sim	64	88,9
Não	8	11,1
Total	72	100,0

Fonte: *Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil* – 2005.

Quadro 20 Suficiência do número de bolsas nas instituições públicas de educação superior – 2004

Suficiência do número de bolsas	f	%
Sim	5	7,1
Não	63	90,0
NR	2	2,9
Total	70	100,0

Fonte: *Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil, 2005.*

Com relação ao suporte de recursos humanos nas pró-reitorias observa-se que a maior parte das IPES considera os recursos humanos insuficientes para gestão. Cerca de dois terços das instituições consideram que a carência concentra-se nos técnicos e cargos comissionados.

Quadro 21 Suficiência de recursos humanos para gestão das ações de extensão nas pró-reitorias de extensão das instituições públicas de educação superior – 2004

Recursos humanos	Suficientes	Insuficientes	Não relatado	Total
Professores	31	38	1	70
	44,3	54,3	1,4	100,0
Técnicos de nível superior	26	43	1	70
	37,1	61,4	1,4	100,0
Técnicos de nível médio	22	46	2	70
	31,4	65,7	2,9	100,0
Cargos comissionados	19	47	4	70
	27,1	67,1	5,7	100,0

Fonte: *Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil, 2005.*

